

NOVOS HORIZONTES DA GEOGRAFIA POLÍTICA EM RICHARD HARTSHORNE

New Horizons of Political Geography in Richard Hartshorne

Wesley de Souza Arcassa¹

Recebido em: novembro de 2017

Aceito e publicado em: dezembro de 2017

Resumo: A obra de Richard Hartshorne, em função de sua riqueza, ainda encontra-se à espera de maior análise e difusão. Tendo como base esta ideia, o trabalho em questão tem como objetivo desenvolver uma apreciação de alguns aspectos político-geográficos da produção acadêmica hartshorniana, principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado. Além disso, busca-se abordar no transcórreo do texto a diferenciação entre os termos fronteira e limite, bem como a importância destes no *hall* de temas de análise do campo da Geografia Política. Na sequência, enfocam-se as contribuições de Hartshorne à análise do Estado, principalmente através do estabelecimento da abordagem funcionalista. O impacto das ideias estabelecidas por este teórico à produção político-geográfica posterior também representa um dos pontos a serem considerados, somando-se as inovações teórico-metodológicas empreendidas pelo autor em relação à Geografia Política.

Palavras-Chave: Richard Hartshorne; Estado; Fronteira.

Abstract: *The work of Richard Hartshorne is still waiting for more analysis and dissemination. Based on this idea, this work has as objective to develop an appreciation of some political-geographic aspects of Hartshorne's academic production, mainly regarding the issue of frontiers and state. Moreover, seek to approach in the course of the text the difference between the terms frontier and boundary, as well as the importance of these themes in the field analysis of the Political Geography. In sequence, focuses on the contributions of Hartshorne to analysis of the state, primarily through the establishment of the functionalist approach. The impact of the ideas set out by the writer to produce political-geographic later, also represents one of the points to be considered, adding the theoretical and methodological innovations undertaken by the author in relation to Political Geography.*

Key-words: *Richard Hartshorne; State; Frontier.*

INTRODUÇÃO

Desde a sua institucionalização como um ramo independente da ciência, a Geografia se viu diante da difícil tarefa de compreender e atuar sobre a produção, organização e diferenciação do espaço. Isso representa uma missão bastante complexa, pois dada a multiplicidade do mundo

em que se vive e a diversidade de fatores que para isso concorrem, a diversidade temática que a disciplina tem se proposto discutir é necessariamente ampla. Nesse sentido, surge a moderna concepção de Geografia Política como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, a qual data do final do século XIX, com a institucionalização da Geografia e o reconhecimento da Geografia Política como uma subdisciplina formal na Alemanha, a partir dos trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904).

Entre os temas por ela privilegiados, tem sido recorrente o problema da relação entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam em disputas territoriais, as tensões e arranjos que daí surge definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política — expressão e modo de controle dos conflitos sociais — e o território — base material e simbólica da sociedade — que se define o campo da geografia política. (CASTRO, 2005, p. 15-16).

Pode-se dizer que a Geografia Política representa um campo intrinsecamente dinâmico, cuja natureza e foco dos debates no interior da Geografia moderna mudaram substancialmente ao longo do tempo. Segundo Blacksell (2006), inevitavelmente, as diferentes fases de desenvolvimento desse campo de estudo não se enquadram perfeitamente em pacotes discretos, claramente separados no tempo, mas o quadro 01 ilustra, em termos gerais, como a sequência de quatro fases se encaixa formando uma progressão lógica.

A produção de Richard Hartshorne inaugura a segunda fase no desenvolvimento da Geografia Política, pois executa uma mudança do foco acadêmico, há uma superação da aplicação simplista de leis e teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais para fenômenos sociais e políticos. Gradualmente, os temas voltados ao Estado passaram a ser o centro das atenções. Diversos questionamentos emergiram: Quais eram as condições necessárias para a enorme variedade de Estados, com todas as suas formas, tamanhos e geografias, para coexistir sem exercer projetos predatórios sobre outros territórios? Hartshorne (1939) resgata a Geografia Política para o debate mais amplo sobre o regionalismo, que se tornou o discurso dominante na Geografia, como um todo, no segundo terço do século XX, com seu foco em encontrar naturalmente, regiões autossustentáveis em todos os níveis da atividade humana, desde o internacional e nacional para o local.

Nesse sentido, o presente trabalho visa realizar uma análise crítica de uma gama de aspectos político-geográficos da obra do teórico norte-americano, buscando compreender sua

influência perante a Geografia Política produzida no pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, procura-se também focar a diversidade da produção literária hartshorniana, evidenciando os avanços prestados pelo autor principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado.

Quadro 01: Principais Fases no Desenvolvimento da Geografia Política.

FASE 1 (1900-1930)	Geografia Política = Geografia Humana
	Estados como organismos competindo, crescendo e morrendo
	Terra e Poder em escala global
	Mapa Político redesenhado após a Primeira Guerra Mundial
<i>Geopolitik</i> – Geopolítica Alemã	
FASE 2 (1930-1960)	Geografia Política como a Geografia dos Estados-Nação
	Estados como regiões
	Infraestrutura física
FASE 3 (1960-1980)	Geografia Política como uma parte (menor) da Geografia Humana
	Pessoas e Governança
	Alcançar a justiça social
	Direitos individuais <i>vs.</i> Responsabilidade Corporativa
FASE 4 (a partir de 1980)	Ressurgimento da Geografia Política
	Teoria do Sistema Mundo
	Globalização
	Reinvenção da Geopolítica

Fonte: Adaptado de BLACKSELL (2006, p. 04).

METODOLOGIA

Como princípio metodológico norteador para a elaboração do presente trabalho utilizou-se principalmente o levantamento de bibliografias concernentes à temática, oriundas de diferentes suportes e fontes. Isso porque, o trabalho realiza uma análise essencialmente teórica do assunto nele abordado.

Em contrapartida ao estudo dos principais aspectos político-geográficos da obra hartshorniana faz-se necessário também compreender o período histórico no qual se insere o autor, o que denota a utilização de um arcabouço metodológico advindo da História da Ciência.

Os produtos finais obtidos no estudo objetivam servirem de respaldo para a execução de análises e estudos futuros em relação às temáticas: Richard Hartshorne; Geografia Política Clássica; Escola Norte-Americana de Geografia; Estado; e, Fronteira.

Richard Hartshorne: uma trajetória pela geografia

Richard Hartshorne (12 de dezembro de 1899 – *Kittannig, Pennsylvania*) eminente geógrafo norte-americano, realizou seus estudos de graduação na Universidade de Princeton entre os anos de 1917 e 1920. Realizou seu doutoramento no período de 1921 a 1924, tendo sido um aluno de

elevado destaque na Universidade de Chicago, principalmente devido à importância e a variedade das temáticas abordadas em seus trabalhos, pois este recebeu o título de doutor com grande louvor devido a sua tese: *The Port of Chicago: Its Commerce, Facilities and Requirement*.

Especialista em temas voltados à Epistemologia da Geografia, Metodologia Científica, além de Geografia Econômica, Regional e Política, Hartshorne passou a exercer papel de destaque na comunidade científica norte-americana. Entre os anos de 1924 e 1940 ministrou aulas na Universidade de Minnesota, tendo publicado, no ano de 1939, o alentado trabalho *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, o qual foi editado pelos *Annals of the Association of American Geographers* (volume XXIX, números 03 e 04), tendo o mesmo logo se transformado em livro, dado o impacto que provocou, gerando imensa polêmica na esfera acadêmica devido à inovação teórica implementada.

Em 1938, o professor Richard Hartshorne, então da Universidade de Minnesota, ficou afastado de sua universidade em licença de um ano para estudos de campo na Europa. Ele foi incumbido de realizar estudos minuciosos de certas fronteiras políticas europeias; mas o ano de 1938 não era o mais propício para se examinarem essas fronteiras *in loco*. Em vez disso, Hartshorne passou esse período organizando um relatório sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico, graças a leituras feitas em bibliotecas europeias e visitas a numerosos geógrafos europeus. Em 1939, publicou sua obra monumental — *The Nature of Geography*. A revelação das ideias geográficas, da época dos gregos antigos ao presente, é descrita em *The Nature of Geography* de maneira magistral. (JAMES, 1970, p. 10-11).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1941-1945), Hartshorne atuou junto ao Escritório de Serviços Estratégicos do Estado Unidos, onde desenvolveu pesquisas e análises direcionadas ao campo da Geografia Política. Assim, o autor se tornou referência para os estudos posteriores produzidos nesta área, pois além de coordenar um seleto grupo de pesquisadores responsáveis por arquitetar um plano estratégico de defesa para os Estados Unidos, frente à *Geopolitik* produzida em território alemão e apropriada pelo III *Reich*, também foi capaz de teorizar em torno do aspecto metodológico deste ramo da ciência geográfica. Desse período destaca-se um significativo conjunto de artigo publicado principalmente no *Annals of the Association of American Geographers*, bem como o livro produzido em parceria com Derwent Whittlesey e Charles Colby, intitulado *German Strategy of World Conquest* (1942).

O Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos (*US Office of Strategic Services* – OSS), órgão precursor da Agência Central de Inteligência (CIA), foi inaugurado em 1941, objetivando recolher, analisar e divulgar informações e matéria sobre segurança nacional. Richard Hartshorne ocupava uma função administrativa central, responsável por supervisionar a

atribuição, produção, habilitação e distribuição de todos os relatórios de pesquisa. Ao pesquisar e escrever os relatórios, os geógrafos que atuavam no OSS (havia mais geógrafos no OSS do que em qualquer outro órgão do governo dos EUA) interagiam em estreita colaboração com outros cientistas sociais (BARNES, 2011).

O OSS engajou-se na guerra pela aplicação sistemática da ciência social. Não foi o primeiro corpo institucional a fazê-lo, mas até a época era o mais abrangente e organizado. Argumentei que o trabalho de Bruno Latour fornece a base para a compreensão das operações do OSS, bem como o papel dos geógrafos nele. Latour está interessado na mecânica de aquisição e divulgação do conhecimento científico, “ciência em ação”. Embora o contexto seja diferente, o OSS visou fundamentalmente à aquisição e divulgação de conhecimento, a inteligência militar em ação. Diante dessa equivalência, o vocabulário e o quadro explicativo de Latour são bem adequados. Eles fornecem uma compreensão das funções maiores, aparelhos e práticas do OSS, bem como o papel e os problemas que enfrentam grupos específicos de cientistas sociais que lá trabalharam, tal como os geógrafos. (BARNES, 2006, p. 162, tradução nossa).

Posteriormente, Hartshorne transferiu para a Universidade de Wisconsin onde lecionou até aposentar-se em 1970 e dela se tornar professor emérito, tendo sido presidente da Associação Americana de Geógrafos no ano de 1949, da qual recebeu a honraria máxima em 1960. Tornou-se doutor *honoris causa* pela Clark University em 1971, além de ter recebido a *Victoria Medal* por parte da *Royal Geographical Society* (1984), a qual já havia sido concedida a Carl Troll, Carl Sauer, Jean Gottmann, entre outros.

Em 1959, ao publicar a obra *Perspective on the Nature of Geography*, também pelo *Annals of the Association of American Geographers*, Hartshorne realiza uma nova discussão em relação à temática abordada no trabalho de 1939, o que faz com que o seu pensamento passe a ter ainda mais influência sobre a Geografia norte-americana, quanto fora dela. Neste livro o autor executa uma clara exposição das ideias advindas de Kant e Hettner, pensadores que tiveram grande influência sobre a produção hartshorniana, além de buscar uma solução para os graves problemas por ele identificados em relação à teoria e método em Geografia.

Richard Hartshorne faleceu aos 92 anos (05 de novembro de 1992 – *Madison, Wisconsin*) tornando-se um “clássico” da ciência geográfica, tendo contribuído de maneira indispensável para o desenvolvimento da Geografia durante o século XX. Isso porque, esse autor aparece como uma espécie de consciência mundial dos caminhos espinhosos que a Geografia passou a percorrer a partir do período entre guerras (CLAVAL, 1981; MENDONZA [et al.], 2002; ANDRADE, 1987; e, MORAES, 2003).

A classificação de fronteiras empreendida por Hartshorne

Desde a sua origem, o campo de estudo da Geografia Política sempre abordou a temática das fronteiras. Isso porque, sua discussão é imprescindível, dado que estas incorporam uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o território, bem como as relações interestatais. Tanto na fase áurea do Estado-nação territorialmente definido, independente e soberano, quanto atualmente, quando em algumas regiões as forças de integração tornam-se poderosas face às de separação, o estudo sobre o significado das *frontiers* e *boundaries* coloca-se como um dos mais importantes para a Geografia Política.

Determinado em firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático, Hartshorne em uma gama de artigos (1933, 1935, 1936, 1941, 1950 a, 1950 b, 1960), publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, traz para o debate acadêmico as suas contribuições de caráter teórico-metodológico, que já haviam sido expostas no célebre trabalho *The Nature of Geography* (1939).

Ao discutir o problema das fronteiras em uma região europeia tão complexa como a Alta Silésia, por exemplo, Hartshorne (1933) chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”. Isso possibilitou a multiplicação de equívocos, como o uso corrente do conceito de “fronteiras naturais”. Fronteiras internacionais fixadas ou em discussão em regiões bastante povoadas, às vezes com etnias e histórias distintas, como é o caso da Alta Silésia, segundo o autor, devem ser concebidas mediante a análise acurada das características peculiares dessas populações fronteiriças.

Hartshorne (1933) foi capaz de propor um método próprio para a solução teórica do problema das fronteiras, baseado na definição e estudo das “associações de todo tipo das diferentes partes da *border area* com cada um dos *bordering states*”.

Mediante esse método, [Hartshorne] recomenda, os geógrafos observariam tais associações nos traços da paisagem, que podem ser de tipos “similar, dissimilar e de interesses mútuos”. Fronteiras rígidas e artificialmente traçadas numa área homogênea em termos de ocupação humana e atividades econômicas, gerando “áreas similares” em ambos os lados, provocam grandes perturbações, diz ele, citando como exemplo o corte ao meio de um mesmo distrito industrial, ou de uma região agrícola que ficou apartada de seu costumeiro mercado. Quanto às populações de origens diversas (alemães, polacos, tchecos e eslavos), o problema é de outra natureza, afirma. Critérios de língua ou raça, observa, nem sempre são fundamentais, pois a tendência, no primeiro, caso, é a da definição de uma língua consensualmente aceita por todos. No segundo caso, enfatiza o autor, a raça é menos importante ainda. (COSTA, 2008, p. 151).

Ao analisar a constituição da fronteira franco-alemã de 1871, Hartshorne (1950a) empreende um trabalho onde a evolução da fronteira é enfocada a partir de uma abordagem histórica, o que segundo Prescott (1967), não foi implementado posteriormente por outros autores ao analisar essa temática. Para Hartshorne (1950a), três fatores apresentam importância relativa — nacionalidade, estratégia e distribuição de recursos de minério de ferro — no processo de determinação da posição final do limite franco-alemão de 1871. É claramente demonstrado que os diferentes fatores foram primordiais para determinar as diferentes partes da linha, e que a distribuição das reservas de ferro desempenhou um papel menor. Embora Hartshorne estivesse preocupado com um conjunto de negociações de fronteira que ocuparam apenas um curto período, o autor concluiu que esta técnica poderia ser usada para mostrar como os fatores que influenciaram a evolução das fronteiras coloniais anglo-francesas na África mudaram ao longo de um grande período, envolvendo diversos conjuntos de negociações.

Em suma, na determinação da localização da fronteira franco-alemã de 1871, a preocupação pelo ferro de Lorraine teve importância igual à preocupação dos cemitérios militares. A Alemanha garantiu uma grande parte da área do ferro, principalmente por causa das considerações estratégicas que ditaram a inclusão da cuesta com vista para Moselle, que continha uma parte considerável dos recursos de ferro; teve apenas essa parte e não todo o campo, porque a área restante foi puramente em caráter da França. (HARTSHORNE, 1950a, p. 250, tradução nossa).

Por fim, cabe destacar que Hartshorne (1936) através do estabelecimento de uma terminologia própria para os limites políticos acabou realizando uma “classificação genética das fronteiras”, propôs uma subdivisão em quatro tipos, a saber: I) *fronteiras antecedentes* (quando antecederam o povoamento, ou melhor, ligam-se a projetos exteriores aos povos autóctones); II) *fronteiras subsequentes* (posteriores ou consequências de um desenvolvimento econômico prévio); III) *fronteiras superimpostas* (quando cortam áreas em que há unidade cultural); e, IV) *fronteiras consequentes* (estabelecidas em regiões escassamente povoadas, até desabitadas, ou ainda onde barreiras físicas provoquem um “efeito de barreira” às comunicações, mantendo as populações isoladas).

A proposição hartshorniana para análise do estado

O Estado pode ser considerado uma criação recente, termo esse que só ganha sentido e conteúdo durante o Renascimento. A Europa pós-medieval inventou o Estado, sob a forma das monarquias absolutas. Esse novo poder político emergiu baseado em fronteiras geográficas definidas e capitais permanentes, materializadas em cidades, as quais se tornaram sede dos órgãos

do Estado. Com as monarquias absolutas, aparecia o Estado territorial. Assim, o surgimento desse tipo de Estado possibilitou a criação das teorias políticas sobre o Estado.

O Estado nacional surgiu da decadência do absolutismo e de sua substituição pelo liberalismo. Essa forma contemporânea do Estado gerou a *soberania nacional*, expressa na eleição de governantes e na limitação do poder executivo por representantes também eleitos. A soberania deslizou do monarca para a nação. O poder despersonificou-se, identificando-se com o povo. O poder divino deu lugar ao consenso popular. O liberalismo surgiu como doutrina política do Estado-Nação. (MAGNOLI, 2004, p. 19).

O Estado moderno representa um amálgama de três elementos — território, povo e as relações entre eles. Os dois primeiros são de grande variedade, mas o terceiro elemento é de infinita complexidade, não sendo capaz, em parte alguma, de ser reduzido a fórmulas matemáticas, mas possui em toda parte uma qualidade dinâmica e única, visto que essas relações estão sujeitas a incessantes mutações e desenvolvimentos. Nitidamente, o estudo de todos os aspectos desses três elementos está além do âmbito da Geografia Política.

Segundo Moodie (1965), o Estado não consiste apenas no território, nem no povo que nele vive, sendo uma organização muito mais complexa em que o território, o povo e suas inter-relações estão indissociavelmente fundidos para formar uma entidade que possui uma individualidade, um caráter, distinguindo-se de todos os outros Estados.

Durante a primeira metade do século XX, o *funcionalismo* — vertente teórica que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para a sociedade como um todo — foi extremamente importante em uma série de disciplinas científicas. Segundo Taylor e Wusten (2004, p. 86), o mesmo se aplica a Geografia Política. Em 1950, Richard Hartshorne, figura-chave no desenvolvimento da ciência geográfica, elaborou uma influente agenda de pesquisa para o estudo do Estado sob o prisma da Geografia Política, a qual foi colocada, inteiramente, frente a termos funcionalistas.

Através de seus trabalhos, Hartshorne mostra a determinação de firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático. Em inúmeros artigos, publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, o autor trará para o debate contribuições de caráter teórico-metodológico.

De acordo com as ideias tecidas por Hartshorne (1960), a Geografia Política é parte integrante da Geografia, com foco na Terra, em contraste à Ciência Política, centrada nas instituições do governo. A Geografia Política tem muitas ramificações, assim como a Ciência Política, mas com foco de interesse diferente. Realiza estudos geográficos a respeito da variação das características das áreas da Terra resultante de combinações e interligações de fenômenos de

vários tipos, independentemente da origem natural ou humana desses recursos, que variam, em parte, de forma independente, na covariância com outros.

Sanguin (1977) demonstra a importância de Hartshorne a este movimento de renovação da Geografia Política, afirmando que

[...] a partir de ideias sobre os conceitos e métodos da geografia política esboçados em 1935, Hartshorne elabora em 1950 a abordagem funcional em geografia política, cujo tema central é o funcionalismo do Estado. Cada Estado tem diferenças e similitudes regionais; as diferenças tendem a fragmentar o Estado, enquanto que as semelhanças tendem a fortalecê-lo. Há, portanto, dentro de um Estado, uma contínua oposição entre as forças centrífugas e as forças centrípetas. Se o Estado pode sobreviver a esta oposição é porque ele possui uma razão de ser (“state idea”), um sentido nacional e um núcleo central (“core area”) suficientemente fortes para superar esta posição estrutural e manter sua coesão. Assim, a abordagem funcional permite avaliar a viabilidade do Estado. (SANGUIN, 1977, p. 10-11).

Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem funcional, concebida por Hartshorne, consiste, basicamente, em analisar o funcionamento de um espaço como área política, com sua combinação de agentes de fortalecimento e de enfraquecimento. Segundo Dahlman (2009, p. 95): “No lugar das metáforas orgânicas, Hartshorne adota ideias elaboradas a partir da física, tais como as forças centrípetas e centrífugas para descrever as forças que unem ou afastam Estados”.

Em uma abordagem funcional para a análise da Geografia Política do estado, a primeira metade deve se preocupar com os problemas internos do estado-área (união nacional, diferenças regionais). A segunda parte deve se preocupar com as relações externas do estado-área de outras porções do mundo, se aquelas são também organizadas como estados, controlada por estados de fora, ou desorganizada. Por conveniência, podemos agrupar essas relações como territorial, econômica, política e estratégica. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 118-119, tradução nossa).

A síntese do avanço teórico da Geografia Política será feita nos primeiros anos do período pós-guerra, mais precisamente entre os anos de 1950 e 1960, por Hartshorne, cujas ideias representam um ponto de inflexão na evolução teórica e metodológica dessa disciplina nos EUA, bem como em outros países. Suas contribuições abrem novas perspectivas de análise, como assinala Sanguin (1977), menos afetas à tensão entre os Estados e mais voltadas à compreensão de suas “relações de estabilidade” recíprocas e com os seus respectivos territórios. No caso de Hartshorne (1950 b e 1960), o que o motivou a escrever esses ensaios foi justamente o que considerava preocupante para a geografia norte-americana, isto é, “o grande crescimento do

interesse dos estudantes universitários pela Geografia Política, ao lado da geralmente péssima qualidade das publicações disponíveis”, segundo sua avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das temáticas enfocadas durante o texto torna-se possível inferir que Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* dos autores responsáveis por significativas transformações no campo de análise da Geografia Política. Isso porque, este foi capaz de realizar algo inédito até então, produzir estudos de cunho teórico-metodológico nesse ramo da ciência geográfica.

Hartshorne é responsável por realizar uma recuperação científica da Geografia Política, superando o “obscuro passado” dessa área de forma inequívoca, incorporando somente o que de mais científico havia sido produzido até então. Além da contribuição no plano do método, há também outro grande mérito nos estudos hartshornianos: o de reconhecer a natureza social e política do Estado.

Em relação às fronteiras, cabe destacar que estas representam um dos temas que, desde os primeiros estudos, sempre ocupou papel de destaque no campo da Geografia Política. Segundo Taylor (1985) *apud* Blacksell (2006, p. 144): “Fronteiras e limites são, provavelmente, o tema mais popular em Geografia Política”.

O impacto do pensamento hartshorniano perante a Geografia Política data desde o período da Segunda Guerra Mundial, quando ao lado de teóricos como Whittlesey, Gottmann, Sprout e Jones, Hartshorne foi capaz de atribuir um conteúdo mais sistemático e rigoroso a esse campo do conhecimento geográfico. Estes autores tiveram o mérito de alterar o curso da Geografia Política em direção as nações mais científicas e, assim, retirá-la dos caminhos do determinismo e das ambiguidades empreendidos pela *Geopolitik* alemã.

Pode-se dizer que, sobretudo após 1945, surgiram verdadeiramente a conceitualização e a metodologia em Geografia Política, cuja trajetória, até então, como disciplina acadêmica, havia sido essencialmente dominada por grandiosas visões de mundo. Este tipo de abordagem absorveu, durante um grande espaço de tempo, a atenção dos geógrafos, enquanto que as bases sistemáticas essenciais de ramo do saber geográfico permaneciam ignoradas.

Através de uma proposta explicitamente teórico-metodológica, Richard Hartshorne realiza uma renovação considerável do pensamento político-geográfico que se desenvolvera até a sua época. Suas análises e teorias sobre as fronteiras e o Estado, bem como a defesa do estabelecimento de um método, objetivam recuperar e introduzir parâmetros científicos de

investigação universalmente aceitos, o que poderia livrar a Geografia Política das muitas “armadilhas” do passado.

Para Hartshorne (1935), faz-se necessário uma separação entre a Geografia e a Política, para que dessa forma estabeleça-se uma ciência geográfica neutra e pragmática, sem contaminações político-ideológicas.

Por fim, deve-se destacar que a Geografia Política que ressurge com vigor nos anos de 1950 é quase toda anglo-saxônica e praticamente restrita aos Estados Unidos. Liderados por Hartshorne, Bowman e Whittlesey, os norte-americanos fundaram sua própria “escola” nessa área, praticamente dominando o setor até o final dos anos de 1970. A influência hartshorniana é notória em praticamente todos os autores desse período, como se estivessem respondendo aos apelos do mais prestigiado geógrafo do país, para que se firmasse ali uma Geografia Política verdadeiramente científica e independente da política dos Estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BARNES, Trevor J. From Region to Space. In: AGNEW, John; DUCAN, James. **Human Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 146-160.

_____. Geographical Intelligence: American geographers and research and analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 1, 2006. p. 149-168.

BLACKSELL, Mark. **Political Geography**. London/New York: Routledge, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DAHLMAN, Carl T. Geopolitics. In: GALLAHER, Carolyn [et. al]. **Key Concepts in Political Geography**. London: SAGE, 2009. p. 87-98.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HARTSHORNE, Richard. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, n. 4, 1933. p. 195-228.

_____. Political Geography in the Modern World. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 4, n. 1, 1960. p. 52-66.

_____. Recent Developments in Political Geography I and II. **The American Political Science Review**, v. 29, n. 5 e 6, 1935. p. 785-966.

_____. Suggestions on the Terminology of Political Boundaries. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 26, n. 1, 1936. p. 56-57.

_____. The Franco-German Boundary of 1871. **World Politics**, v. 2, n. 2, 1950 a. p. 209-250.

_____. The Functional Approach in Political Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 40, n. 2, 1950 b. p. 95-130.

_____. The Politico-Geographic Pattern of the World. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 218, 1941. p. 45-57.

_____. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p. 173-658.

JAMES, Preston E. Continuidade e Mudança do Pensamento Geográfico Americano. In: COHEN, Saul B. [et. al]. **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fórum, 1970. p. 04-15.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 84, n. 3, 1994. p. 480-492.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos**. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

MOODIE, Arthur E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

PRESCOTT, John Robert Victor. **The Geography of Frontiers and Boundaries**. London: Hutchinson University Library, 1967.

SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 252, 1977. p. 05-35.

TAYLOR, Peter J.; WUSTEN, Herman van der. Political Geography: spaces between war and peace. In: BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf. **Human Geography**. London: Hodder, 2004. p. 83-104.

AGRADECIMENTOS:

- À Prof^ª. Dr^ª. Márcia Siqueira de Carvalho (UEL), pela orientação da pesquisa;
- À Universidade Estadual de Londrina, pelo suporte ao trabalho;

- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento da pesquisa.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); E-mail: arcassa@gmail.com